



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA  
REPÚBLICA**

**Ofício n.º 630/XIII/1.ª – CACDLG /2017**

**Data: 21-06-2017**

**NU: 578329**

**ASSUNTO: Discussão do Projeto de Resolução n.º 822/XIII/2.ª (BE) - "Recomenda ao Governo a publicação de um relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de refugiados".**

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República e da deliberação interpretativa deste preceito adotada pela Conferência de Presidentes de Comissões em 2 de Outubro de 2008, e para o efeito do agendamento da sua votação em sessão plenária, cumpre-me remeter a Vossa Excelência relatório da discussão do Projeto de Resolução identificado em epígrafe, que teve lugar na reunião da Comissão hoje realizada.

Com os melhores cumprimentos,

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**(Bacelar de Vasconcelos)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

**Informação**

**sobre a discussão do**

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 822/XIII/2.ª (BE) – RECOMENDA AO GOVERNO A PUBLICAÇÃO DE UM RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PORTUGUESA DE ACOLHIMENTO DE REFUGIADOS**

O Projeto de Resolução n.º 822/XIII/2.ª (BE) - «*Recomenda ao Governo a publicação de um relatório de avaliação da política portuguesa de acolhimento de refugiados*» deu entrada na Assembleia da República em 21 de abril de 2017, tendo baixado à Comissão em 26 de abril de 2017, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram na respetiva discussão na Comissão, na reunião de 21 de junho de 2017, os Senhores Deputados José Manuel Pureza (BE) e Fernando Negrão (PSD), e as Senhoras Deputadas Isabel Alves Moreira (PS) e Vânia Dias da Silva (CDS-PP), que debateram o conteúdo do projeto de resolução nos seguintes termos:

- O Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)**, apresentando a iniciativa do seu Grupo Parlamentar, e reportando-se ao respetivo texto, explicitou que entendia ser este o momento certo para avaliar a política de acolhimento de refugiados, agora que se completa o prazo de dezoito meses previsto para o apoio financeiro comunitário à recolocação destas pessoas no Estado português. Desta forma, defendeu que o Governo deverá dar conhecimento das medidas adotadas à Assembleia da República, através de um relatório que faça um rigoroso ponto da situação do acolhimento, e que funcione como um instrumento de responsabilidade política, até porque o período entretanto decorrido revelou fragilidades, bloqueios e insuficiências no sistema implementado. Chamou ainda a atenção para a descentralização da colocação destas pessoas, que não poderia significar uma mera dispersão, porventura arriscada, e enalteceu a integração de jovens e crianças no sistema educativo português, e bem assim o papel desempenhado pelas forças da sociedade civil.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- A Senhora **Deputada Isabel Alves Moreira (PS)** afirmou, de seguida, que o Grupo Parlamentar do PS acompanhava as intenções do BE, recordando que a política de acolhimento tem sido uma prioridade para este Governo, e que apesar de a avaliação estar a ser feita, tal não significa que não seja necessário obter dados concretos sobre a aplicação do programa. Por outro lado, acrescentou que a iniciativa se enquadrava nos objetivos do Governo, complementando-os, reiterando que havia medidas de avaliação que haviam sido tomadas e que não se encontravam contidas no projeto, desde logo o Programa de Recolocação do SEF, e também a monitorização do Alto Comissariado para as Migrações, com a realização de estudos a nível nacional (FAMI, em articulação com o Observatório das Migrações).
- O Senhor **Deputado Fernando Negrão (PSD)**, por seu turno, agradeceu ao Grupo Parlamentar proponente a oportunidade de discutir esta questão em Comissão, invocando um artigo do diplomata norte-americano William Lacy, em que este destacava a importância das migrações e dos refugiados, com os dados sobre a produtividade dos refugiados e a forma como estes contribuem para o desenvolvimento dos países de acolhimento, mencionando ainda que 45% dos movimentos migratórios à escala mundial se realizavam no sentido Sul-Sul, mas que só os movimentos Sul-Norte obtinham verdadeira repercussão mediática. Adiantou ainda que o projeto seria subscrito pelo seu Grupo Parlamentar, formulando duas sugestões, que passam pela inclusão de uma referência aos movimentos secundários, no número três do Projeto de Resolução, a propósito dos emigrantes que encaravam Portugal como uma placa giratória para outros destinos, o que poderia contribuir para a ideia de que o nosso país não fixava os migrantes, e ainda por um aditamento ao número seis da iniciativa, que alargasse a avaliação aí proposta às condições de acolhimento dos menores não acompanhados em geral, e respetiva monitorização.
- A Senhora **Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)** anunciou que o seu Grupo Parlamentar também subscreveria a iniciativa, acompanhando ainda as preocupações manifestadas pelo Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) quanto aos movimentos secundários e respetivas causas, questão que já havia sido suscitada em muitos *fora*,



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

remetendo para umas declarações recentes da Senhora Ministra da Administração Interna sobre o assunto.

- Por fim, o Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)** retomou o uso da palavra, agradecendo os ecos recebidos dos outros Grupos Parlamentares para esta iniciativa, e concordando com o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) quanto ao facto de esta realidade, em termos genéricos, ter uma expressão maioritária no eixo Sul-Sul, sublinhando que o melhor antídoto contra a irracionalidade era o conhecimento rigoroso. Por outro lado, corroborou a posição da Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) no que concerne à produção de informação que compete a outras entidades. Desta forma, acolheu as sugestões apresentadas pelo Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), prontificando-se desde logo para introduzir essas alterações no texto a apresentar em Plenário.

Palácio de S. Bento, 21 de junho de 2017

O Presidente da Comissão

(Bacelar de Vasconcelos)